



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2023**

Ata n.º 20

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de cinco de maio, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila Nova;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO ÚNICO: Sessão de esclarecimentos - "Estratégia Regional 2030".-----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Teresa Cristina da Palma Neto, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça e a Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado. -----

Faltas: Carlos Quintino e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Teresa Neto e Cristina Corado.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Cláudia Cristina Dias Guedelha e Gabriela Pacheco. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

Presidente da Assembleia: "Muito boa tarde, esta é uma sessão especial, que foi solicitada pela CCDR no sentido de explicar e dar informação sobre os investimentos e



sobre o programa vinte trinta, bem como o PRR e outros investimentos que estão programados para o Algarve. Esta reunião foi solicitada pelo senhor Presidente da CCDR, o Dr. José Apolinário." -----

Presidente da Câmara: "Quero felicitar a CCDR, foi a primeira vez que a CCDR foi eleita e não nomeada, lembro-me quando foi nesta sala a apresentação da lista, na altura em que, o Senhor Presidente falou na questão que queria prestar contas daquilo que faziam às pessoas, que o elegeram. Daí que, acho que tem todo o sentido, para além da atualidade do conteúdo, daí uma palavra de agradecimento ao Senhor Presidente, e os restantes membros, Vice-Presidentes da CCDR aqui presentes."-----

Presidente CCDR: "Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade e, como disse o Senhor Presidente da Câmara, dar aqui uma primeira justificação, foi entendido no âmbito de uma alteração aprovada na Assembleia da República que, a presidência da CCDR resultaria de uma proposta subscrita em termos de votação pelos autarcas de toda a região, que depois era apresentado ao Governo e, a partir daí, um ato de denominação. Nós fomos eleitos com base num compromisso político, sufragado pelos autarcas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata na região, que subscreveram esta candidatura e desde o início que assumimos que faríamos esta apresentação. Por outro lado, temos noção que, à partida, o nosso mandato é um mandato que, neste momento, é coincidente com os dos autarcas, portanto, correndo tudo normalmente, a menos que cometamos alguma irregularidade, alguma ilegalidade, o nosso mandato é um mandato que é contemporâneo até ao dos atuais autarcas e, por isso, temos feito estas sessões de apresentação do que estamos a trabalhar em temos CCDR, mas também do programa Regional vinte trinta. Já fizemos onze sessões, esta é a décima segunda, temos agendada mais duas para os próximos quinze dias e, o nosso objetivo é ver se chegamos às dezasseis até ao final de julho, máximo em setembro." -



Albufeira | 15.05.2023



**Missão e atribuições, art.º 2.º (cont.)**

- c) Promover e garantir uma adequada articulação intersetorial entre os serviços desconcentrados de âmbito regional, em termos de concertação estratégica e de planeamento das intervenções de natureza ambiental, económica e social, numa ótica de desenvolvimento regional;
- d) Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações;
- e) Executar, avaliar e fiscalizar, ao nível regional, as políticas de ambiente e de ordenamento do território ;
- f) Garantir a elaboração, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, assegurando a sua articulação com os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional;
- g) Assegurar o cumprimento das responsabilidades de gestão que lhes sejam confiadas no âmbito da política de coesão da União Europeia em Portugal;
- h) Dinamizar e promover, na respetiva região, as necessárias políticas públicas com o objetivo de contribuir para a sua competitividade económica e social e para a sustentabilidade.
- i) Executar as medidas respeitantes à aplicação dos regimes de incentivos do Estado à comunicação social, bem como assegurar a fiscalização do respetivo cumprimento, nos termos da lei.

in Lei n.º 37/2020, de 17/08

**Programa do XXIII Governo Constitucional****Democratizar a governação territorial**

O Governo irá:

- Criar as condições necessárias para a concretização do processo de regionalização, mediante a realização de um referendo em 2024;
- Harmonizar as circunscrições territoriais da Administração desconcentrada do Estado e proceder à integração nas CCDR dos serviços desconcentrados de natureza territorial, designadamente nas áreas da educação, saúde, cultura, ordenamento do território, conservação da natureza e florestas, formação profissional e turismo, bem como dos órgãos de gestão dos programas operacionais regionais e demais fundos de natureza territorial, sem prejuízo da descentralização de algumas destas competências para as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas;

in Programa do XXIII Governo Constitucional



Lei n.º 4/2004, de 15/01

Princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado

Partilha de atividades comuns, art.º 8.º

1 - Deve ser promovida a partilha de atividades comuns entre os serviços integrantes de um mesmo ministério ou de vários ministérios para otimização dos recursos.

2 - A partilha de atividades comuns não prejudica as competências próprias ou delegadas dos respetivos dirigentes máximos, podendo o seu funcionamento ser enquadrado por protocolos que estabelecem as regras necessárias à clara atuação de cada uma das partes.

3 - Este modelo de funcionamento abrange especialmente atividades de natureza administrativa e logística, designadamente:

- a) Negociação e aquisições de bens e serviços;
- b) Sistemas de informação e comunicação;
- c) Gestão de edifícios;
- d) Serviços de segurança e de limpeza;
- e) Gestão da frota automóvel;
- f) Processamento de vencimentos e contabilidade.

4 - Num mesmo ministério podem ser propostos outros modelos de funcionamento que consubstanciem os princípios de partilha de serviços. (...)

in Lei n.º 37/2020, de 17/08



Lei n.º 31/2014, de 30/05

Bases gerais de política pública de solos, do ordenamento do território e do urbanismo.

Direito ao ordenamento do território, art.º 5.º

Todos têm o direito a um ordenamento do território racional, proporcional e equilibrado, de modo a que a prossecução do interesse público em matéria de solos, ordenamento do território e urbanismo, se faça no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos.

Classificação e qualificação do solo, art.º 10.º

1 — A classificação do solo determina o destino básico do solo, com respeito pela sua natureza, e assenta na distinção entre solo rústico e solo urbano.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por: a) «Solo rústico», aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, valorização e exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano; b) «Solo urbano», o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou à edificação.

3 — A classificação e reclassificação do solo como urbano traduzem uma opção de planeamento, nos termos e condições previstos na lei.

4 — A qualificação do solo define, com respeito pela sua classificação, o conteúdo do seu aproveitamento por referência às potencialidades de desenvolvimento do território.

in Lei n.º 31/2014, de 30/05



Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/05
Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

Foi aprovada uma alteração ao artigo 199.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) através do Decreto-Lei n.º 45/2022, de 8 de julho, o qual determina a prorrogação dos prazos previstos para incluir, nos planos municipais ou intermunicipais, as regras de classificação e qualificação do solo previstas no referido regime jurídico

O diploma prorroga não só o prazo final para conclusão do procedimento, até 31 de dezembro de 2023, como também o prazo para a realização da primeira reunião da comissão consultiva ou para a conferência procedimental, no caso, até 31 de outubro de 2022.

Ordenamento do território

Fonte: CCDR Algarve



MUNICÍPIO	PRELIMINAR, PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO OU PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO	REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO PREVISTAS NO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	AVISO DE INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO	SELIÇÃO DO PRIMEIRO VOTO	REALIZAÇÃO DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA OU CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL
Albufeira	Não	Não	Atos nº 196/2021 de 09/03 (em matéria de Prorrogação)	1ª	
Alcoutim	Não	Sim	Atos nº 8/2021 - Câmara Municipal de Alcoutim, de 2021 de 23 de fevereiro de 2021	1ª	Reunião da Comissão Consultiva - 11.08.2022
Aljezur	Não	Não	Atos nº 14/2021 - Câmara Municipal de Aljezur, de 2021 de 09/03	1ª	
Castro Marim	Não	Não	Atos nº 196/2021, de 21/08	1ª	
Faro	Não	Sim	Atos nº 11/2021 - Câmara Municipal de Faro, de 2021 de 04 de março de 2021 Atos nº 88/2021 - Câmara Municipal de Faro, de 2021 de 23 de março de 2021 Atos nº 36/2021 - Câmara Municipal de Faro, de 2021 de 10 de março de 2021	1ª	Três reuniões de CCDR sobre o tema de classificação Condição pública
Lagos	Sim	Sim - concluído e publicado	classificação	2ª	Atos nº 10/2021 - Câmara Municipal de Lagos, de 2021 de 24 de agosto
Lagos	Não	Sim	Atos nº 10/2021 - Câmara Municipal de Lagos, de 2021 de 24 de agosto	2ª	Reunião da Comissão Consultiva - 23 de agosto de 2021
Loulé	Não	Não	Atos nº 11/2021 - Câmara Municipal de Loulé, de 2021 de 23 de fevereiro de 2021 Atos nº 11/2021 - Câmara Municipal de Loulé, de 2021 de 23 de fevereiro de 2021	1ª	
Monchique	Não	Não	Atos nº 196/2021 - Câmara Municipal de Monchique, de 2021 de 23 de fevereiro de 2021	1ª	Reunião da Comissão Consultiva - 11.08.2022
Olhão	Não	Não	Atos nº 10/2021 - Câmara Municipal de Olhão, de 2021 de 17 de março de 2021 Atos nº 10/2021 - Câmara Municipal de Olhão, de 2021 de 17 de março de 2021	1ª	
Portimão	Não	Não	Atos nº 10/2021 - Câmara Municipal de Portimão, de 2021 de 23 de fevereiro de 2021 Atos nº 10/2021 - Câmara Municipal de Portimão, de 2021 de 23 de fevereiro de 2021	1ª	
São Brás de Alportel	Não	Não	Atos nº 6/2021 - Câmara Municipal de São Brás de Alportel, de 2021 de 23 de fevereiro de 2021 Atos nº 6/2021 - Câmara Municipal de São Brás de Alportel, de 2021 de 23 de fevereiro de 2021	1ª	
Silves	Sim	Sim - concluído e publicado	classificação	2ª	Condição pública Atos nº 10/2021 de 4 de janeiro
Tavira	Não	Sim	Atos nº 2/2021 - Câmara Municipal de Tavira, de 2021 de 23 de fevereiro de 2021 Atos nº 2/2021 - Câmara Municipal de Tavira, de 2021 de 23 de fevereiro de 2021	1ª	Reunião da Comissão Consultiva - 11.08.2022
Vila do Bispo	Não	Não	Atos nº 196/2021 - Câmara Municipal de Vila do Bispo, de 2021 de 23 de fevereiro de 2021	1ª	
Vila Real de São António	Não	Não	Atos nº 7/2021 - Câmara Municipal de Vila Real de São António, de 2021 de 23 de fevereiro de 2021	1ª	

Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10
Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental RJAIA

Evolução do número de Estudos de Impacte Ambiental analisados pela CCDR Algarve:

AIA's	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (15 maio)
CCDR Algarve	4	11	13	11	9	18	4
APA		1	7	4	6	5	6
Total	4	12	20	15	15	23	10

A CCDR Algarve é autoridade de AIA nos projetos e ações a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do RJAIA.



CCDR Algarve (Edifício Sede)



Palacete Dogliani (Ordenamento e Ambiente)

COESÃO TERRITORIAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Despacho n.º 7582/2021

Assunto: Aprovação do Código de Ética e Conduta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Por meu despacho de 16 de junho de 2021, aprovado o Código de Ética e Conduta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, no quadro das boas práticas de transparência na Administração Pública. Mas foi salientado que o referido Código de Ética e Conduta fosse disponibilizado no sítio internet institucional, comunicado a todos e todos os colaboradores, publicado no Diário da República e informado o Gabinete de Ministérios da Coesão Territorial e Inspeção Geral de Finanças.

2 de julho de 2021. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, José Apolinário Alvarez Portela.

ANEXO

Código de Ética e Conduta

1 — Missão
O Código de Ética e Conduta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) reflete os valores da Administração Pública eficiente, transparente e inovadora, consciente dos desafios de sustentabilidade, capaz de prestar serviços públicos adequados às necessidades reais dos cidadãos e das entidades com quem os serviços se relacionam e de acompanhar a evolução das exigências de vida em sociedade. No quadro de normas de conduta a prosseguir, os dirigentes e seus trabalhadores, na sua relação profissional e nas relações internas, devem realizar a sua atuação com oportunidade, retidão e qualidade do seu serviço através do cumprimento comportamental ético e desinteressado conferido por todos e constituído numa referência reconhecida pelo público.

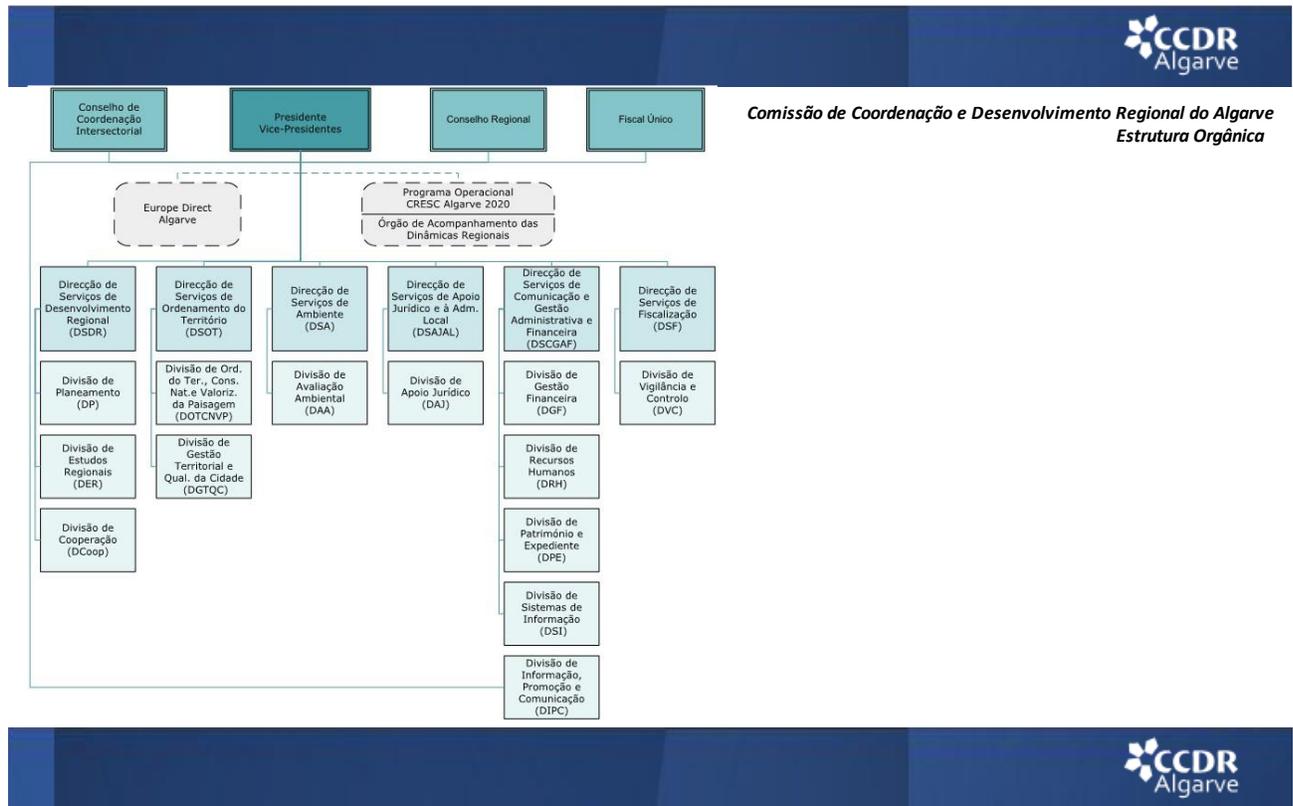
1.1 — Objetivos
O presente código de ética e de conduta tem por objetivos:

Orientar os trabalhadores sobre o comportamento operacional em matéria de integridade no exercício das suas funções profissionais, designadamente nas relações entre trabalhadores e com os clientes da CCDR Algarve, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras de natureza ética e deontológica.
Contribuir para a afirmação da imagem institucional de organização ao serviço do interesse público baseada no rigor, eficiência e competência e de integridade da CCDR Algarve e dos seus trabalhadores.

1.2 — Âmbito de Aplicação

O Código de Ética e Conduta aplica-se aos trabalhadores da CCDR Algarve, independentemente do seu vínculo contratual, função ou posição hierárquica.

São consideradas instituições da CCDR Algarve, para efeitos da aplicação do presente código de ética e conduta, todos os que integram o seu quadro de pessoal e não prestam efetivo serviço, bem como os que se encontram em mobilidade interna, pontos, comissões, estagários, prestadores de serviços, no âmbito em que contribuem, uns e outros, para a prossecução da sua missão.
Os trabalhadores do Programa Operacional Regional do Algarve (POR), no âmbito do exercício das suas funções na Autoridade de Gestão, estão sujeitos também ao Código de Ética e Conduta do POR.



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Colaboradores

Número de colaboradores

Unidade Orgânica	Feminino	Masculino	TOTAL
Presidência	1	2	3
Apoio Presidência	2	0	2
Direcção de Serviços de Ambiente	7	3	10
Direcção de Serviços de Ordenamento do Território	10	5	15
Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	11	8	19
Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional	9	4	13
Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	7	4	11
Direcção de Serviços de Fiscalização	0	1	1
Programa Operacional	22	5	27
Divisão de Sistemas de Informação	1	2	3
Divisão de Informação, Promoção e Comunicação	1	2	3
TOTAL	71	36	107

Unidade Orgânica	N.º Licenciados
Presidência	3
DSA	4
DSA - DAA	2
DSOT	3
DSOT - DGTQC	4
DSOT - DOTCNVP	6
DSCGAF	1
DSCGAF - DRH	1
DSCGAF - DPE	1
DSCGAF - DGF	4
DSCGAF - DSI	3
DSDR	3
DSDR - DC	3
DSDR - DER	1
DSDR - DP	2
DSAJAL	3
DSAJAL - EMAJ	5
DSF - DVC	1
QADR	3
PO	4
PO - Transversal	3
PO - Controlo	3
PO - FSE	3
PO - Incentivos	4
PO - Públicas	5
DIPC	2
Total	77



**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Formação**

No que concerne à formação ministrada nos últimos 2 anos, realçame, no âmbito do Plano de Formação da CCDR Algarve, as ações nas seguintes áreas:

- Código do Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020
- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
- Direito dos Contratos Públicos: as alterações ao CCP e Medidas Especiais de Contratação Pública
- Desmaterialização de Procedimentos Administrativos e Gestão Documental

O programa de formação teve como destinatários os colaboradores da CCDR Algarve, bem como das Autarquias Locais, Serviços descentralizados da Administração Pública e Forças de Segurança.

Ação de Formação	Datas	N.º Participações Internas	N.º Participações Externas
Princípio e Garantias de Imparcialidade (3 horas)	Febrero 2021	52	68
Conferências Procedimentais (3 horas)	Febrero 2021	50	85
Código do Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020 (2 horas)	Março/ Maio 2021	25	10
Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (21 horas)	Junho/ Outubro 2021	28	12
Código do Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020 (2 horas)	Setembro/ Novembro 2021	36	12
Direito dos Contratos Públicos: as alterações ao CCP e Medidas Especiais de Contratação Pública (21 horas)	Novembro 2021	26	0
Direito dos Contratos Públicos: as alterações ao CCP e Medidas Especiais de Contratação Pública (21 horas)	Março 2022	17	15
Código do Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020 (2 horas)	Maio 2022	21	23
Ética e Gestão Pública	Setembro 2022	26	6
Direito dos Contratos Públicos: as alterações ao CCP e Medidas Especiais de Contratação Pública (21 horas)	Novembro 2022	18	36
Urbanismo Operativo - Operacionalização dos Planos Territoriais (21 horas)	Janho/ Fevereiro 2023	21	38
Gestão em Contexto Público (21 horas)	Abril 2023	39	4
	TOTAL	399	309



31/04/23

1532 Projetos aprovados	604M€ Custo Total elegível	346M€ Fundo Aprovado	245M€ Fundo pago	109% Taxa de compromisso	76% Taxa de execução
-----------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------	----------------------------	------------------------------------	--------------------------------

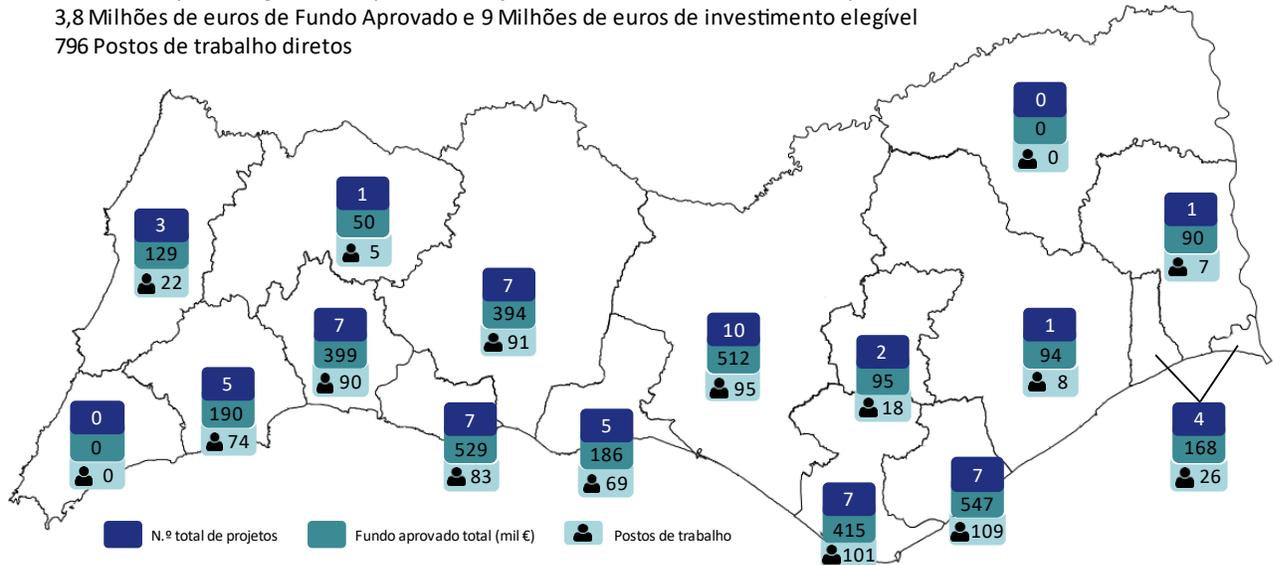
**FUNDOS EUROPEUS
CRESC ALGARVE 2020**

**ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2023:
CONCLUIR A EXECUÇÃO DO PROGRAMA REGIONAL ALGARVE 2020**



PO CRESC ALGARVE 2020 | PAPN 

Fundos Europeus Programa de Apoio à Produção Nacional em 67 PME e Microempresas
3,8 Milhões de euros de Fundo Aprovado e 9 Milhões de euros de investimento elegível
796 Postos de trabalho diretos



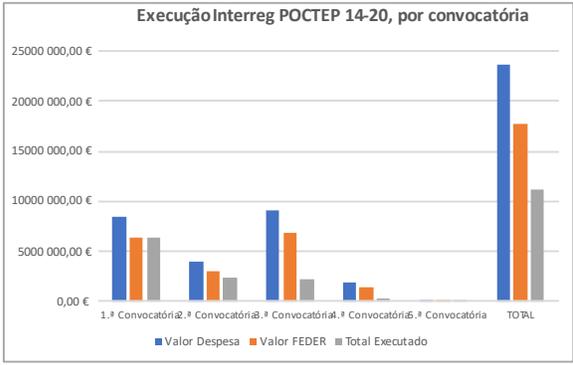
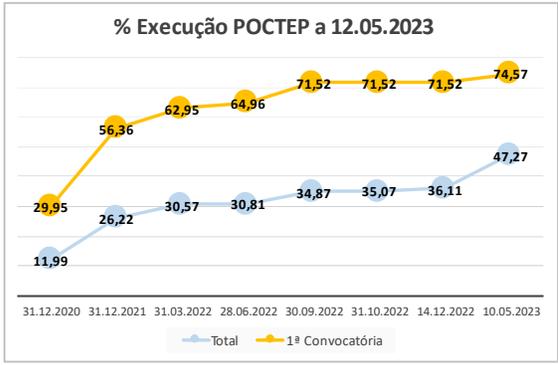
PO CRESC ALGARVE 2020 | RIS3 Algarve (atualizado 12/05/2023) 



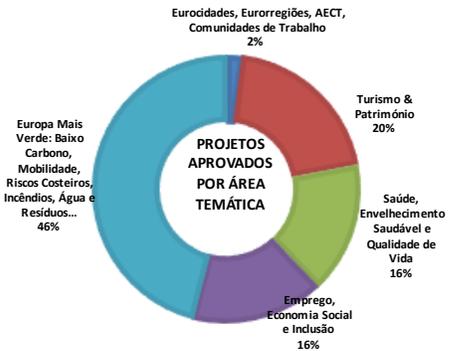
Domínios RIS3 Algarve	Nº Operações	Aprov Elegível	Incentivo Aprov
Turismo	175	93,7 M€	48,3 M€
TIC e Industrias Criativas e Culturais	109	24,9 M€	12,9 M€
Agroalimentar, Agro-transformação, floresta e Biotecnologia Verde	97	23,0 M€	13,4 M€
Mar, Pescas e Aquicultura	93	20,7 M€	12,7 M€
Saúde, Bem estar e Ciências da vida	54	19,8 M€	10,2 M€
Energias renováveis	32	3,2 M€	1,8 M€
Total	408	185,3 M€	99,3 M€



Interreg POCTEP 14-20 – Execução a 12.05.2023

POCTEP ESTRATEGIA COMUM DE DESENVOLVIMENTO TRANSFRONTEIRO

	Despesa Total	FEDER
Eixo 1 – Crescimento inteligente através da cooperação transfronteiriça para a promoção da inovação	8 833 336,76 €	6 625 002,62 €
Eixo 2 – Crescimento inclusivo através da cooperação transfronteiriça para a competitividade	3 836 679,53 €	2 877 509,66 €
Eixo 3 – Crescimento sustentável através da cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão dos recursos naturais	8 885 662,77 €	6 664 247,09 €
Eixo 4 – Melhorar da capacidade institucional e a eficiência da administração pública através da cooperação transfronteiriça	1 700 639,64 €	1 275 479,73 €
TOTAL	23 256 318,71 €	17 442 239,10 €



CCDR ALGARVE

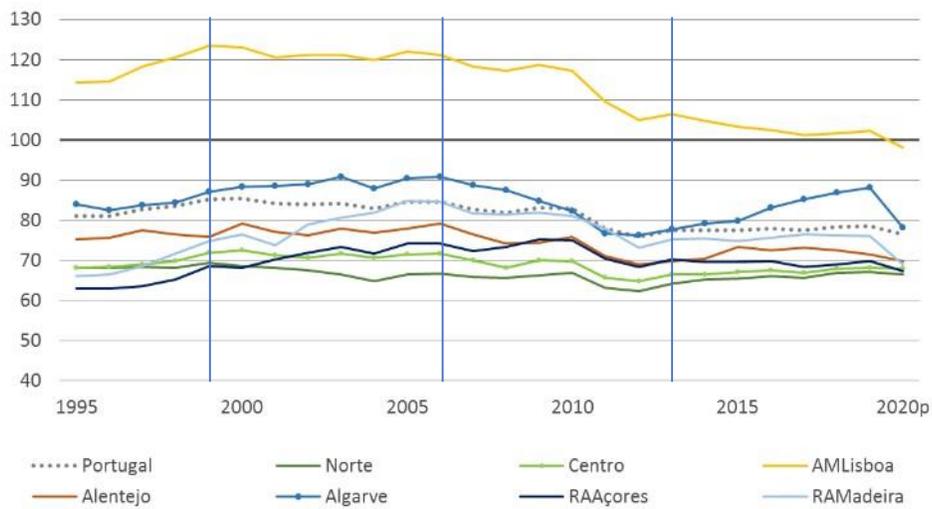
Algarve em Números



Contexto | Relatório da Competitividade Regional 2022 



PIB per capita em PPC (UE27=100) 
 Fonte: INE

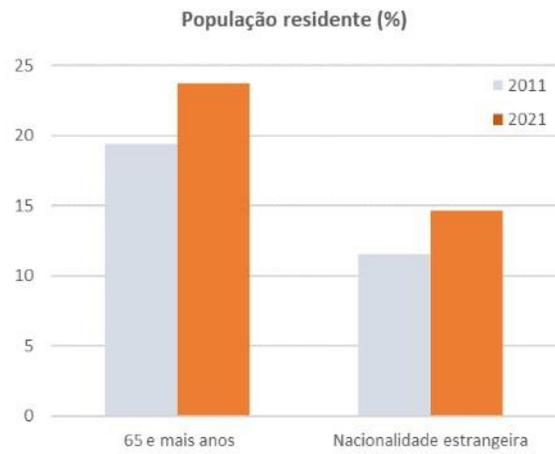
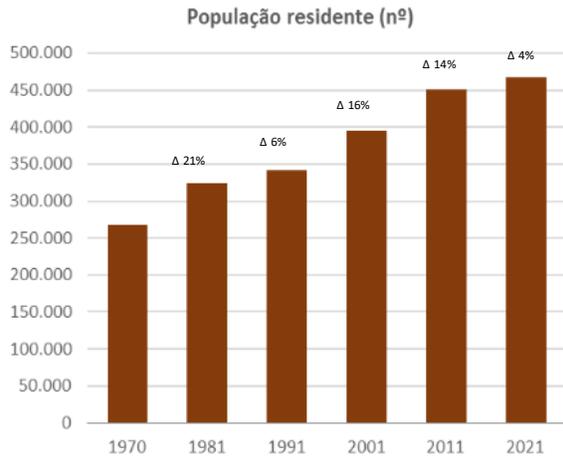


Algarve. PIB per capita em PPC (UE27=100) 
 Fonte: INE

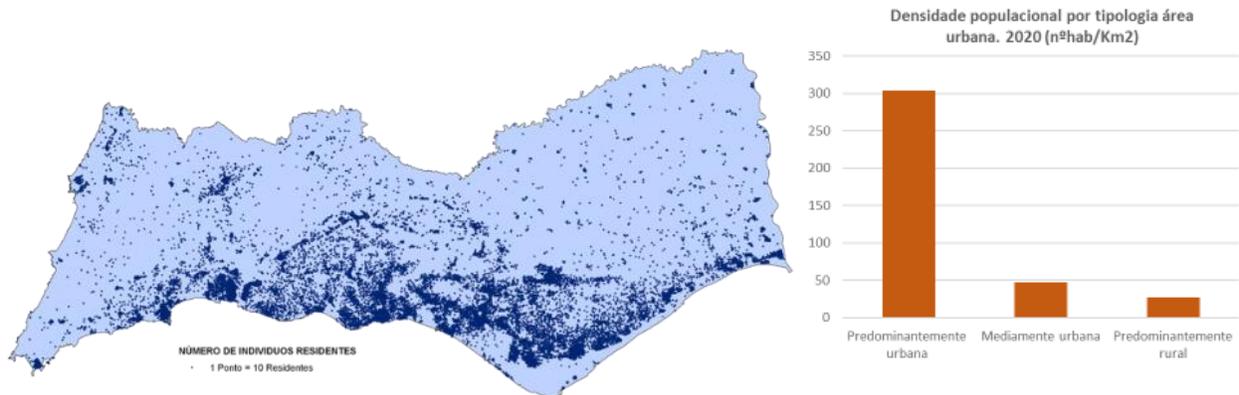
QCA II		QCA III		QREN		PT2020		
1994*	1999	2000	2006	2007	2013	2014	2019	2020
84	87	88	91	89	78	79	88	78
	+3		+3		-11			-1 -10

* valor de 1995

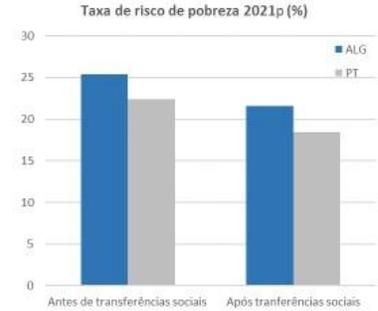
População residente
 Fonte: INE 



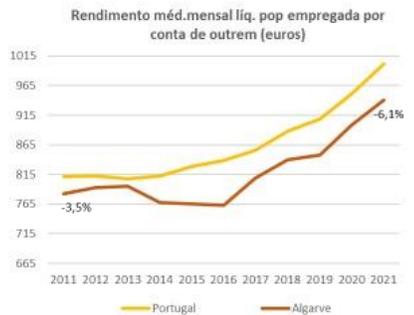
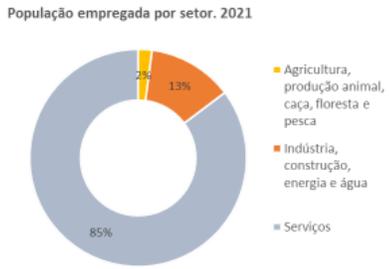
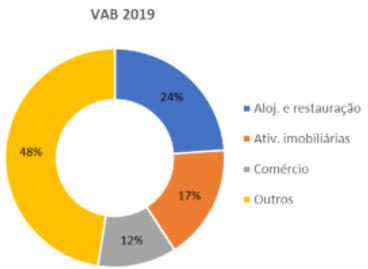
Densidade populacional
 Fonte: INE 



Pilar Europeu dos Direitos Sociais
 Fonte: INE 

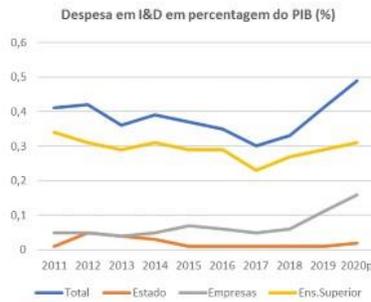


Perfil produtivo
 Fonte: INE 



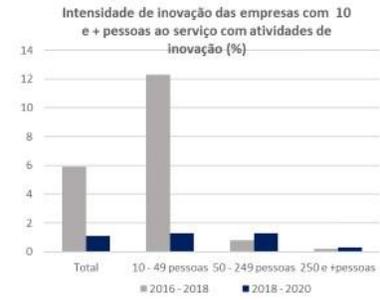
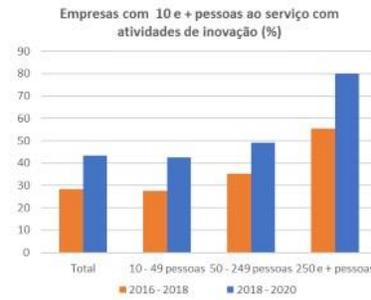
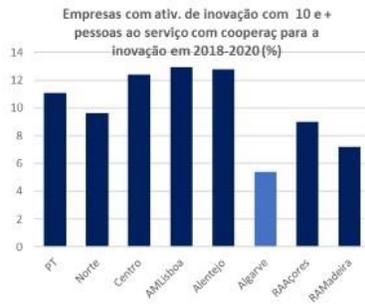
Investimento em I&D

Fonte: DGEEC | INE

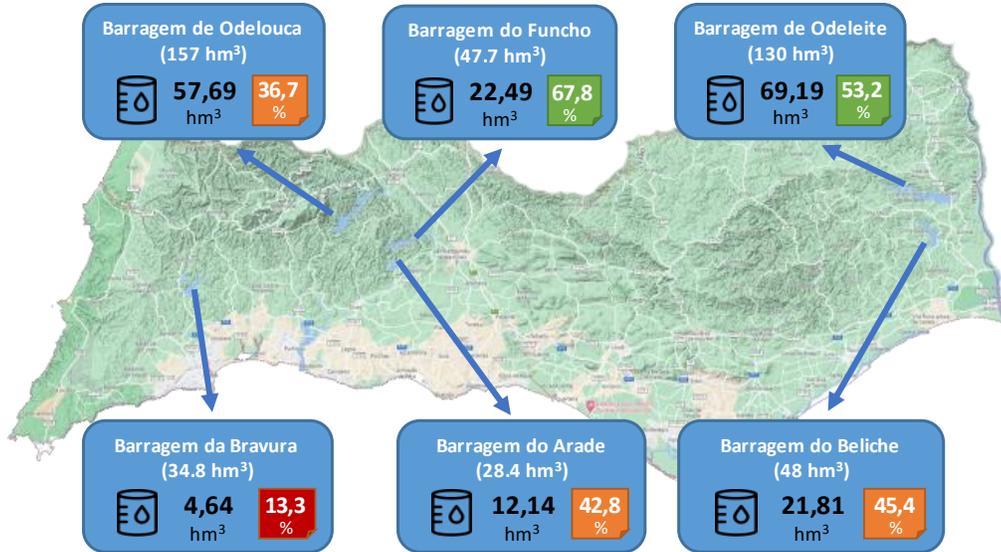



Inovação empresarial

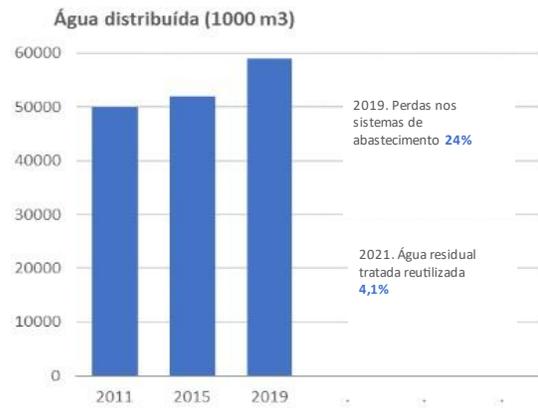
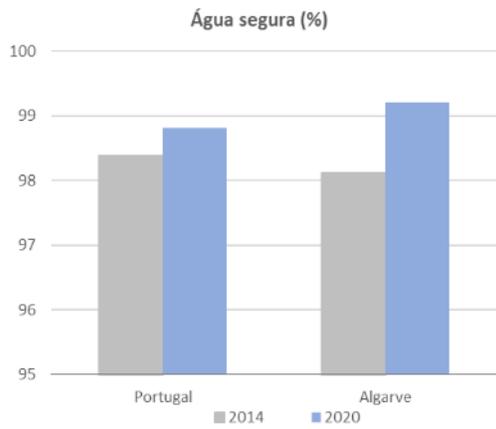
Fonte: Inquérito comunitário à inovação, DGEEC

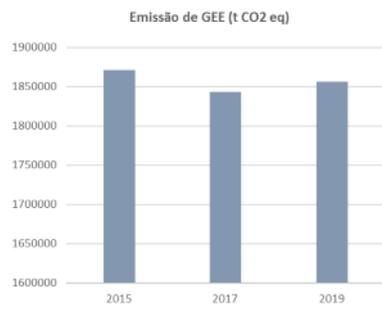
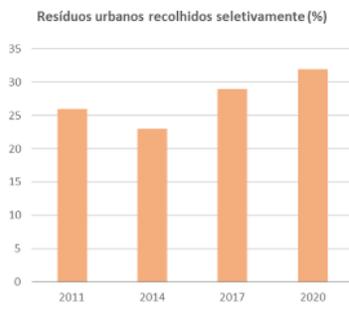
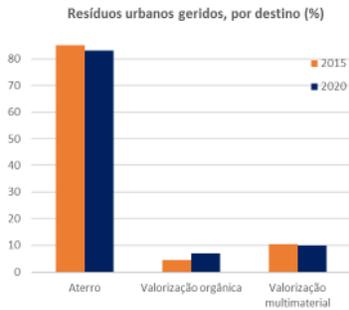
Disponibilidade hídrica superficial (Abril 2023) 
 Fonte: APA-ARH Algarve



Ambiente e economia circular 
 Fonte: APA / INE



Ambiente e economia circular 
 Fonte: APA / INE



PO Algarve 2030 | Foco estratégico 

Sustentabilidade

Pessoas

- Atenuação de dinâmicas demográficas desiguais
- Reforço das qualificações alinhadas com EREI e desafios societais
- Emprego sustentável e digno
- Inclusão e inovação social
- Coesão, igualdade e inovação na provisão de SIG

Empresas

- Consolidação do sistema regional de inovação
- I&DT focado nos recursos endógenos
- Fomento de processos digitais, descarbonizados e circulares
- Diversificação inteligente da economia e descoberta empreendedora
- Valorização e requalificação sustentável do turismo

Território

- Resiliência a riscos e impactos das alterações climáticas
- Descarbonização da mobilidade
- Gestão eficiente dos recursos (água, energia, resíduos)
- Qualificação dos ativos territoriais, biodiversidade e recursos endógenos
- Articulação urbana

Competitividade

780,3 M€

PO Algarve 2030 | Objetivo de Política 1 – Um Algarve mais inteligente 

224,70 M€ FEDER

Objetivos Específicos (OE)	1.1 Reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas
	1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e os governos
	1.3 Reforçar o crescimento e a competitividade das PME e a criação de emprego nas PME
	1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo
	1.5 Promover a conectividade digital

PO Algarve 2030 | Objetivo de Política 2 – Um Algarve mais verde e descarbonizado 

368,20 M€ FEDER

Objetivos Específicos (OE)	2.1 Promover a eficiência energética e redução das emissões de gases de efeito estufa
	2.2 Promover as energias renováveis
	2.4 Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a resiliência a catástrofes
	2.5 Promover a gestão sustentável da água
	2.6 Promover a transição para uma economia circular
	2.7 Reforçar a proteção da natureza e a biodiversidade, as infraestruturas verdes e reduzir a poluição
	2.8 Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável

PO Algarve 2030 | Objetivo de Política 4 – Um Algarve mais social 

92 M€ FSE + 22 M€ FEDER

Objetivos Específicos (OE)	4.1 Acesso ao emprego para todos os candidatos a emprego (+Coeso)
	4.4 Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde (RHAQ)
	4.6 Promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e formação inclusiva e de qualidade (até ao ensino superior) TES P
	4.7 Aprendizagem ao longo da vida, requalificação e melhoria de competências, transições de carreiras e a mobilidade
	4.8 Inclusão ativa, igualdade de oportunidades, não discriminação, participação ativa e melhoria da empregabilidade (grupos vulneráveis)
	4.11 Integração social das pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social, incluindo as mais carenciadas e as crianças
	4.ii Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha
	4.v Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade
	4.vi Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social

PO Algarve 2030 | Objetivo de Política 5 – Um Algarve mais próximo das pessoas 

53,4 M€ FEDER

Objetivos Específicos (OE)	5.1 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas
	5.2 Promover, nas zonas não urbanas, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança



Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa tarde a todos, cumprimentar a mesa, a minha questão era o seguinte: eu estive a ver com atenção a apresentação, sou Presidente de uma Junta de Freguesia no concelho de Albufeira. Há sensivelmente três semanas, um mês, fiz uma carta para a CCDR, precisamente a pedir uma reunião que era para nós sabermos como é que podíamos concorrer a algum projeto, porque a minha junta de freguesia, tem vários projetos, alguns estão parados na gaveta, por falta de financiamento, e nós gostaríamos de saber se havia algum desses projetos que pudessem englobar aí no coiso. Portanto, até agora, ainda não obtivemos resposta e a minha questão era se alguém pudesse anotar, porque até agora, como disse, há um mês ou três semanas fiz o ofício, mas ainda não houve resposta."-----
Domingos Coelho:" Boa tarde, gostava de colocar aqui, e penso que está na ordem dia, o problema da seca, sabemos que as reservas das barragens no fim deste ano ficarão praticamente exauridos, não se sabe se o próximo inverno será húmido ou seco, a questão é, a dessalinizadora, fala-se para dois mil e vinte e seis, a captação do Pomarão, provavelmente, se calhar, depois disso, ou seja, em dois mil e vinte e seis, há aqui um hiato de dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco, e a questão é se há um plano B? Se o próximo Inverno for um inverno seco e esses projetos continuarem



para a data que está previsto, se não deslizarem para além disso. Portanto, se já há algum plano B? A outra questão, é o problema da retenção de água, a ribeira de Quarteira, ou de Algibre, e a ribeira de Alte, ainda tinham alguns açudes, uns estão degradados, outros estão mais ou menos conservados, mas o problema, não é só o açude ter a sua estrutura intacta, é a questão de estar assoreado, portanto, há açudes que há trinta anos tinham uma profundidade de três, quatro metros, e neste momento, têm um metro, porque entretanto foi sucessivamente assoreado, não só conservá-los, mas desassoreá-los. Por outro lado, porque não um projeto um pouco mais inovador? Captar água da ribeira de Quarteira, de Algibre para zonas onde há sumidores, aquilo que se chama no Algarve, os alqueirões, que há muito conhecimento sobre essa situação. Porque não criar um sistema que, na altura das cheias haja um sistema mecânico, ou seja, que transporte a água para esses locais e daí vai para o para o aquífero. Penso que é a nossa melhor barragem, diríamos barata e que melhor conserva água. Obrigado." -----

Luna Silva: "Boa noite, cumprimento todos os presentes, em especial a sua brilhante apresentação. As minhas questões são bastante simples, fazendo suas as minhas palavras, há pouco referiu que a CCDR tinha um programa de apoio às empresas, deu como exemplo o hotel W e as minhas questões são as seguintes: quais é que são os requisitos? Quais é que são as condições para que estas empresas possam se candidatar a esse apoio e qual é que é a forma de as empresas poderem concorrer? Obrigada." -----

Presidente CCDR: "Primeiro, muito obrigado ao senhor Presidente da Junta, peço desculpa não termos respondido, não está perdida, mas não respondemos e, portanto, peço desculpa. Este processo em relação à contratualização com os municípios, portanto, nós até agora tínhamos um quadro em que na região do Algarve não havia contratualização direta com os municípios. Todas as candidaturas eram acertadas com um plano de ação e depois havia candidaturas entregues à CCDR. Doravante, vai haver uma contratualização com a Comunidade Intermunicipal, há verbas de algumas rubricas que vão ser negociadas com a Comunidade Intermunicipal e, digamos, está aqui X verba para uma tipologia de ação e tem que se atingir x objetivos. Nós já tivemos essa reunião com a Comunidade Intermunicipal que tem agora até trinta de junho, para apresentar um plano de ação. Nesse programa com a Comunidade Intermunicipal, tem que ser salvaguardado duas ou três rubricas, duas ou três fontes de financiamento que



têm que ser salvaguardadas a possibilidade das juntas de freguesia apresentarem projetos. Eu diria que os projetos, à cabeça onde pode haver candidaturas das juntas de freguesia, tem a ver com digitalização e com formação e com eficiência energética. É um caminho, nós estamos a tentar que seja até trinta de junho, termos um plano de ação e depois temos contratualizar com a Comunidade Intermunicipal. Mas eu já estou a apontar para julho, atendendo a todo este ecossistema. O que eu tinha proposto ao Primeiro Secretário da Amal foi de que, deveríamos antes de fechar esse acordo com a Comunidade Intermunicipal, fazer uma reunião com os presidentes das juntas de freguesia, porque depois o Governo reúne-se umas vezes com a Anafre, depois dizem que têm X dinheiro e depois mandam uma carta a dizer x de dinheiro, mas o bolo sai sempre da mesma gaveta, e, portanto, pedindo desculpa de não termos respondido, o que eu me comprometo e fica aqui reafirmado é que, nós queremos fazer uma reunião com todas as juntas de freguesia, para clarificar quais são as regras, à partida, a eficiência energética e transição digital e formação, são elegíveis. Quanto ao tema da água, primeiro desafio que nós temos pela frente, é executar os duzentos milhões de euros e temos um prazo muito curto, no sentido que resulta dos marcos, os indicadores sobre os quais tem de estar pronto esses investimentos, os dois mais significativos, seja a dessalinizadora, seja a captação de Pomarão, tanto quanto sei, tem processo em preparação, precisam ainda de todo o processo de estudos de impacto ambiental. No Pomarão, apenas sinalizar que, esta declaração apenas vincula a mim, isto tem que estar pronto ao mesmo tempo que a dessalinização, eu receio que possam surgir algumas reservas no diálogo, barra de discussão com a Espanha, porque em Espanha está em curso um processo eleitoral para os municípios, que vai haver eleições municipais no dia vinte e oito de maio. E esta coisa das redes sociais permite-nos ir seguindo com atenção, eu costumo seguir com atenção o Twitter e sei o que é que tem sido a posição de grande conflitualidade entre a junta e o Governo de Madrid, sobre o tema da água e, nomeadamente sobre o tema da água a partir do Guadiana. Nós, por um lado, previmos uma verba para abastecimento de água em alta, por outro lado, pusemos em baixa também, portanto, nomeadamente para cobrir aquela parte que não seja possível executar no âmbito do PRR, uma vez que este programa tem que ser executado até dois mil e vinte e nove e o PRR até dois mil e vinte e seis. No tema que referiu, e que registo como proposta muito positiva, o que nós temos estado a trabalhar é desenvolver um plano de ação com propostas concretas de perspetivas de



retenção e de resiliência em termos de água, temos agora a obrigação de preparar também um plano de ação com propostas até trinta de junho, matéria coordenada pelo Doutor Aquiles Marreiros. Temos um trabalho, já prévio estabelecido com uma empresa de consultores, um trabalho que tem sido coordenado pela nossa técnica superior, ilustre técnica, muito ativa, quero agradecer todo o trabalho que tem desenvolvido com connosco, a Engenheira Valentina Calixto, cujo trabalho de levantamento de propostos também está muito densificado, não sou capaz de identificar todas as dezenas de propostas que ela tem trabalhado. Agora combinámos que iríamos ter aqui umas reuniões de plano de ação para estas intervenções. Sobre a inovação produtiva, temos sobretudo dois tipos de ação, quero agradecer uma pergunta, foi brilhante, muita questão técnica, portanto, nós temos dois tipos de avisos, temos avisos de apoio a projetos sempre inovação e PME, que estão em aberto, neste momento, já estão abertos os primeiros avisos, depois estamos a trabalhar com o turismo, projetos específicos, porque nós queremos fazer mais virados para transição climática, para a transição digital, em particular para a transição climática. Nós batemos muito na discussão com a Comissão Europeia para que as empresas pudessem ter projetos de economia circular, no dois pontos seis daquela apresentação, e foi um debate difícil, porque, na altura, nós começamos a defender que, um aldeamento que tem uma área de relva, ou que tem um campo de Golfo poder ter um investimento para reutilizar a água para o golfe. A Comissão Europeia não nos deixou que pudesse fazer isso, só pode ser para área de uso comum. Muitos dos projetos, por exemplo, muitas vezes os projetos recebiam financiamento porque diferenciavam. O caso do Hotel W, é um desses exemplos, tem alguma componente lá que tem uma componente diferenciação e depois, porque era uma marca internacional que diferenciava o destino. Nós, neste momento, estamos a procurar trabalhar com o Turismo de Portugal, porque normalmente quando é um projeto de turismo normalmente apresenta-se aqui com um financiamento pequeno no PO regional e depois tem uma linha de apoio no Turismo Portugal, portanto, e é desse cruzamento que resulta o maior potenciar dos projetos. Nós temos estado a trabalhar com o turismo, para que haja avisos específicos dirigidos para esta atividade, centrados nesta componente da transição climática, porque, como se viu ainda agora, quer dizer, nós temos que levar as empresas a ter uma maior eficiência energética, eficiência hídrica, à reutilização da água, e esse desafio é absolutamente vital, porque senão a atividade



económica morre. Depois temos um outro programa, que são mais projetos pequeninos, projetos até duzentos e quinze mil euros, para o próximo, ainda não sei qual vai ser o aviso, mas normalmente eram projetos em que financiamos em média sessenta por cento, que muitas vezes os promotores acabam por comprar um equipamento para melhorar a sua produtividade, para melhorar o seu produto, e essa é outra linha de trabalho. Agora, os avisos iniciais estão abertos, estão publicados, normalmente isto é articulado com o IAPMEI e com o Turismo Portugal.”-----

Raul Ferreira: “Começo por cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente da CCDR, demais presentes Deputados e público. A minha intervenção vai no sentido de efetivamente gostei de ouvir a apresentação, falámos aqui de temas importantes, nomeadamente a questão da gestão da água, com a gestão do território, mas, no meu entender, existe aqui uma grave lacuna, que é a seguinte: nós centramo-nos muito nas questões relacionadas diretamente com a economia e esquecemos sistematicamente de questões menos económicas, e aqui realço o facto de nos documentos que li não ver investimento, nem programas para a cultura. Penso que a cultura, é uma área que tem de ser desenvolvida no Algarve, existe uma focalização nas pessoas que nos visitam através do turismo e muitas das vezes esquecemos das pessoas que vivem e residem aqui no Algarve. Eu considero que uma política de cultura não passa só por fazermos espetáculos com artistas mais ou menos conhecidos, que mais ou menos o público em geral gosta, passa por incentivar as nossas crianças a perceber, a sentir a cultura no seu todo, e também na necessidade de fixar os artistas da nossa região e outros de outros sítios, que possam realmente realizarem-se aqui enquanto pessoas, enquanto artistas no nosso concelho, e na nossa região do Algarve. Penso que é uma área muito esquecida e que merece uma reflexão no sentido de promovermos e incentivarmos o desenvolvimento da cultura. Muito obrigado.”-----

Margarida Guilherme: “Muito boa noite, enquanto ouvia atentamente, pensava numa das razões que me trouxe a participar na vida pública em Albufeira, que foi o ensino superior em Albufeira, e quando ouvi falar em financiamento de formação no ensino superior, falou em cursos a nível de Escola Politécnica, cursos técnicos superiores. Eu dou neste momento, várias disciplinas na Universidade do Algarve, cursos nessa área e são os cursos que têm mais alunos e acho que sempre fui aqui nesta zona professora e sempre notei que havia falta de formação, gostava de saber se a CCDR se calhar, já não no seu mandato ou num próximo, se há possibilidade de haver, por exemplo,



financiamento para a criação de um Pólo Universitário, ou se é só para a criação de cursos em polos que já existem? Esta é uma das questões, depois, pelo que percebo, esta é uma fase de financiamento que vai decorrer que termina em dezembro de dois mil e vinte e três, correto?"-----

Presidente CCDR: "O atual quadro, tem de estar tudo pago até final de dois mil e vinte e três, o próximo quadro que tem que ser executado, até final de dois mil e vinte e nove."-----

Margarida Guilherme: "Pronto, então a questão era: se ainda havia a possibilidade, sendo assim há, de serem apresentados projetos, nomeadamente não ouvi falar, claro que não se pode falar em todas as áreas, aqueles projetos que nos mostrou na imagem que vão até cem mil euros? Pelo que percebi, que me pareceram muito pouquinhos, não sei quantos são, pareceu-me que era um em cada zona, mais ou menos. Pareceu muito pouco, e sei que muitos dos fundos regressam, infelizmente, à comunidade europeia, porque as pessoas não sabem como concorrer e outras razões lamentáveis. Porque temos tantos jovens que poderiam colocar projetos, e serem aprovados e elevarem o nosso concelho e a nossa região um bocadinho mais longe. Era isso, se há a possibilidade ainda, de as pessoas apresentarem projetos, nomeadamente em Albufeira? Outra das áreas que me preocupa, é a área dos transportes, dos táxis e não só, qual é a possibilidade, por exemplo, de as pessoas aqui em Albufeira, que estão nessa área colocarem projetos para aceder a subsídio para comprarem por exemplo viaturas que respeitem o ambiente, portanto, viaturas elétricas?"-----

André Lima: "Boa noite a todos, em primeiro lugar queria reforçar o que o nosso colega do MIPA referiu, em relação à cultura, finalmente, mais alguém fala de cultura aqui, eu reparei que estava a tirar apontamentos, não sei se é para responder, se é para acrescentar, mas se poder sublinhar e colocar a bold, eu agradeço da minha parte. Em relação à apresentação, reparei aqui num desses slides, tem a ver com as pequenas e médias empresas que aparecem nos concelhos, que Albufeira de todos os concelhos que referiu, tem crescido mais ao longo dos últimos anos, em termos populacionais, à exceção de Tavira, e é o que têm menos projetos, menos dinheiro e menos postos de trabalho criados. Gostava, se fosse possível, que desse a sua opinião acerca disso, porque é que acha que isso acontece, e se isso também acontece com os outros fundos, por que razão Albufeira tem menos? Efetivamente o que nos interessa aqui mais é o nosso concelho."-----



Adriano Ferrão: "Boa tarde a todos os presentes nos seus cargos e suas qualidades. Eu tinha aqui três pontos, um deles tinha a ver ainda com água, que já aqui foi falado, com aquilo que está previsto de dessalinização, das centrais de dessalinização. Tenho lido, tenho acompanhado o que foi na imprensa, ao princípio, falava-se em trinta milhões, depois quarenta, quarenta e cinco e já vai em cinquenta milhões, as coisas demoram o seu tempo, e vão aumentando os seus preços. Depois havia já uma hipótese de criar a central em dois locais do Algarve, que já estavam esses dois locais no Algarve, não sei se depois isto é verdade ou é simplesmente imprensa, não é? Às vezes, é especulativa. Gostaria de saber um pouco, como é que está essa situação, até porque depois havia aqui uma certa controversa, com o facto de haver uma linha que defendia as centrais de dessalinização, outras dos transvases, um senhor engenheiro, professor catedrático que é muito conhecido e que defende essa tese. Outra situação que eu gostaria de abordar e porque também me sento de perto com a juventude que me circula, é o facto de eles quando entram na universidade, e têm dificuldade de se deslocar entre concelhos, essa é uma questão antiga no Algarve. O Algarve tem crescido, teve um crescimento demográfico importante, atualmente, o Algarve funciona um pouco como se fosse uma cidade dispersa, de bairros dispersos e então somos quatrocentas e tal mil pessoas, que vivem em diferentes localidades, que não estão assim tão longe umas das outras, mas o facto é que, depois há grandes dificuldades de deslocação desta juventude. O que é que está em vista, melhorar nesse aspeto para que eles possam ir para as universidades? Porque depois os encargos são grandes, quando eles têm que ir para a universidade e não podem voltar a casa e as famílias veem-se a braços com essas graves dificuldades financeiras."-----

Presidente CCDR:" Muito obrigado pelas perguntas de todos. Primeiro, os fundos europeus não substituem o Orçamento, nem do Estado, nem dos municípios. Tem, aliás, uma primeira condicionante que é um princípio da adicionalidade, e tem uma segunda condicionante, que estão alinhados com os regulamentos e com as prioridades que são definidas para a política de coesão à escala europeia. Para termos uma ideia de partida, o programa Portugal vinte trinta, tem trinta por cento no objetivo, dois na sustentabilidade a nível nacional, nós temos quarenta e dois por cento a nível da região, portanto, isto significa que os fundos têm que estar alinhados com esses objetivos estratégicos mais gerais. Pronto, é assim parte das regras, mesmo no plano de recuperação e resiliência, trinta por cento, tem que estar no digital, há uma outra



componente mais na resiliência, isto para dizer que o programa não apoia diretamente atividades de funcionamento ligadas à cultura. Essas atividades têm que ter financiamento da parte do Estado, ou da parte das autarquias. O programa pode financiar, chamado cultura em rede de dinamização de espaços culturais, e à partida, por exemplo, na cultura todo o quadro de financiamento é muito virado para financiamento de equipamentos culturais, de recuperação de património cultural. Só para dar assim uma ordem de grandeza, nós na região, segundo um levantamento com um ano, temos ainda a necessidade de fazer investimentos de cerca de trinta e cinco milhões de euros na recuperação, requalificação, manutenção de património classificado. Eu não sou capaz agora de dizer qual é o investimento que está previsto ou que está em curso em Paderne, por exemplo, no Castelo, mas a nível regional são necessários ainda fazer um investimento de cerca de, trinta e cinco milhões de euros em todos os diferentes sítios classificados na região. E nós não temos essa verba prevista, agora, a cultura pode ser aqui beneficiária deste projeto, deste programa, quer numa rubrica ali chamada mais coeso, portanto, no financiamento, quando estas estruturas são mais profissionais, de postos de trabalho da estrutura e também projetos de inovação social, a partir da cultura promover projetos de integração social, de inovação social, e chegar a novos públicos, nomeadamente migrantes, nomeadamente jovens, às vezes também em relação a pessoas que não têm muitas vezes tanto acesso à cultura. Nós da nossa parte, temos vindo a procurar dinamizar com as associações culturais, que eles se envolvam mais no explorar das oportunidades que o programa permite, embora reconheça que são curtas e pequenas. Mesmo neste quadro que agora vai terminar, os grandes investimentos que fizemos na área da cultura foi requalificação e ampliação do museu em Lagos, foi um centro interpretativo em Sagres, um investimento aqui no Castelo de Paderne, a requalificação nas ruínas de Milreu em Faro, e um novo, a requalificação do teatro municipal em Tavira, portanto, o que estiver alinhado com esta componente, digamos, infraestrutural, o outro tem que ser, mais virado para esta componente de inovação social. Para a cultura a nível europeu, existe um outro programa chamado Europa Criativa, que é normalmente, um programa de iniciativa da Comissão Europeia, especificamente dirigida à cultura. Quanto à pergunta sobre o ensino superior, se me pergunta se é possível financiar um Pólo universitário, resposta clara, no ponto de vista teórico do ponto de vista, tipologia é, agora do ponto de vista prático, isso já não tem grande consequência, porque



primeiro tem que ser aprovado no Senado da Universidade, pois tem que ser uma decisão da universidade, depois tem que ser alinhado com a diversificação económica e, portanto, nós partimos aqui de um de um ponto de partida com muitos "se". Nós batemo-nos para que houvesse um edifício para as informáticas, que foi o que nos foi pedido pela universidade, alinhado com a perspetiva de que era preciso mais espaço para cursos técnicos de ensino superior. Agora, depende sempre da universidade, se a universidade encontrar empresas e parcerias para que uma parte das ações de, nomeadamente, esses cursos técnicos de ensino superior, de curta duração, se façam na nossa ou noutra localidade, isso é uma decisão da Universidade, nós não fechamos essa porta. Nós somos do Algarve, ninguém está aqui a pedir o voto de ninguém, nem está aqui nenhum comício político, este tema das universidades aqui descentralizado tem sido sempre muito controverso, porque houve momentos em que a Universidade do Algarve estava em Faro em três sítios, não era só um, em gambelas, à entrada de Faro na saúde e na Penha, depois houve momentos em que se avançou para um Pólo em Vila Real de António, depois houve outros momentos em que se avançou por um Pólo em Portimão, depois reduziu-se tudo, e agora há nas gambelas e um pequeno Pólo na Penha e mesmo o Pólo de Portimão, tem quatrocentas e cinquenta pessoas, e é uma extensão da Escola Superior de Gestão e Hotelaria e Turismo. A Câmara de Portimão comprometeu-se a oferecer à universidade um terreno para haver um edifício para redinamizar um Pólo. Pronto, agora tudo isto precisa de articulação, decisão com a universidade. Nós temos aqui um problema de fundo, é que o custo de ir estudar para Faro é ao mesmo nível de ir estudar para Lisboa, em termos de custo de casa. Agora, se me pergunta se isso é impossível, não, não é impossível, tem de ser é aprovado a nível universitário. Agora dinamizar cursos técnicos de ensino superior de curta duração, alinhados com a estratégia regional é possível, e nós temos um enorme desafio aí, porque nós somos muito bons em turismo e vamos continuar a ser muito bons em turismo, portanto, temos qualidade ambiental, temos especialização do turismo, precisamos direcionar para qualificar mais oferta, temos que ter melhor utilização dos recursos, agora, nós temos uma dificuldade que é ter empresas para fazer os tais cursos para a tal diversificação. Para termos uma ideia do que é que estou a falar, nós inscrevemos verbas para financiar quinhentos alunos por ano, isto é para dinamizar com o politécnico, nós pusemos uma verba para fazer uma formação de quatro mil cursos com comprovação de curso técnico do ensino superior ao longo do



todo o período de programação, isto significa sensivelmente quinhentos por ano, no primeiro ano aquilo que é elegível já, são duzentos e quarenta, portanto, nós partimos logo aqui com duzentos e sessenta a menos, porque depois não basta pegar em alguém que tem um curso de secretariado, depois vou fazer aqui um secretariado especializado. Aqui nas autarquias houve um momento em que universidade passou a formar no politécnico, assistentes de direção, passou de secretariado para um curso superior e depois as pessoas foram consideradas no quadro de pessoal. Isso, por muito que nós tínhamos imaginação, dificilmente é considerado como uma formação de diversificação da base económica, mas nós temos na Escola Superior de Gestão e Hotelaria, Turismo centrados nesta formação deste secretariado mais especializado. O primeiro embate é que, precisamos de levar as empresas, as PME, a ter mais protocolos em rede para formação, porque não é possível qualificar melhorar a produtividade sem aumentar as qualificações, isso é um desafio absolutamente crítico que temos de conseguir. Nós temos tido a melhor relação com a universidade e temos sido parceiros em muitos projetos, e a universidade tem reagido positivamente. Agora reconheço que este trabalho é um trabalho que tem de ser feito com todo o território, portanto, essa articulação com a universidade e com o município em termos teóricos não esta interdita. Quanto ao senhor André Lima, que falou sobre a cultura outra vez, já respondi, depois sobre esta questão dos PME's, o programa só tem projetos direcionados para PME, exceto quando se trata de aspetos de inovação especial. É preciso ter noção que, mesmo no Algarve, nós temos cerca de setenta e cinco, setenta e seis mil empresas. Se considerarmos as sociedades e as empresas em nome individual, globalmente, nós temos cerca de setenta e seis mil empresas, mesmo nas sociedades, estou a falar sediadas na região, nós temos próximo de vinte e quatro mil sociedades na região, destas, oitenta e nove por cento, são microempresas e apenas onze por cento são PME. As empresas sediadas da região, que não são PME, eu acho que são para aí umas dez ou quinze na região, portanto, as empresas sediadas da região que não são PME, isto significa que, quando nós avançamos com um aviso, avançamos sempre a tentar dinamizar as PME, aqueles projetos mais pequeninos, com projetos até duzentos e quinze mil euros, foram projetos que nós até tivemos uma boa adesão e pus exatamente essa participação, porque nós queremos manter essa adesão. Porque vejamos, aquelas empresas que recorreram a estes fundos em geral com projetos, na ordem dos cem, podiam ser até duzentos e quinze mil euros, é uma micro empresa que



muitas vezes tem cinco, dez postos de trabalho, que com um investimento aumenta a sua competitividade e, se calhar, a seguir já passar para PME, e é esse trabalho em rede que nós queremos prosseguir e, portanto, é nossa intenção voltar a ter avisos direcionados para estas micro empresas e o que é importante aqui, é dinamizar para haver, essas candidaturas por parte destas empresas. Quanto ao tema da água, tanto quanto eu sei, está em procedimento em processo, a existência de um estudo de impacto ambiental a partir de dois cenários, seja Albufeira, seja Lagos, naturalmente, se há um estudo de impacto ambiental, é em resultado desse estudo de impacto ambiental que haverá uma decisão. Quanto ao tema dos milhões, inicialmente, o processo estava previsto tendo capacidade para até, oito hectómetros, depois numa reunião que houve na Amal foi anunciado que haveria um financiamento para dezasseis hectómetros, portanto, isto é, seria preparado para poder vir a produzir dezasseis hectómetros, depois mais recentemente, já com o atual Ministro foi dito numa reunião que a solução final permitiria ir até vinte e quatro hectómetros, tendo como valor de referência cinquenta e quatro milhões de euros para esse projeto, mas, neste momento, a informação que disponho é que, haverá que fazer ainda o estudo de impacto ambiental em relação às duas soluções. Sobre a mobilidade, eu julgo que Albufeira é um dos municípios que não tem sido bem tratado, nesta gestão do tema da mobilidade, digo já com toda a frontalidade, porque nós ficámos neste quadro dos acessos, não acessos, portanto, houve aquela fase em que era a Via do Infante depois a N125, depois reduzimos a intervenção da 125 e, ficou sem acesso. Em termos de fundos europeus, não é elegível estradas, pronto, soluções de mobilidade suave são elegíveis. A AMAL, tem feito um esforço entre os dezasseis municípios, para que o programa VAMUS, que é uma concessão em conjunto, possa ser melhorado em termos dos circuitos. Eu julgo que é preciso destacar que houve, de facto, esse reforço. O que me dizem alguns dos profissionais das empresas, e quem conhece este setor, que este eixo, que corresponde ao eixo entre Faro, aeroporto, Loulé, Quarteira, Albufeira é o eixo que pode ser mais útil em termos de mobilidade urbana regional."-----

Domingos Coelho: "Do ponto de vista da CCCR, qual é o ponto de situação da cooperativa Martrain, ou dito de outra forma, a cooperativa para uma escola profissional na antiga Facial, isto porque é um projeto que parece que anda, mas não anda, acredita-se cada vez menos no projeto, e a questão, é se não estamos aqui a perder algum tempo e eventualmente a perder a oportunidade para outros projetos



para aquele espaço? Lembro que havia por hipótese, por exemplo, um projeto habitacional, porque houve uma revisão do PDM que permite ali construção. Portanto, a questão é o projeto, se tem condições para andar ou não tem? Porque estamos aqui, quase numa questão de um limbo, que não sabemos até do ponto de vista da nossa posição, e falo aqui do PS, como agarrar o projeto ou não agarrar."-----

Luna Silva: "Eu queria aqui tratar do tema da saúde que é o eixo quatro A, de acordo com este eixo, temos aqui presente noventa e dois milhões do Fundo Social Europeu e duzentos e vinte e dois milhões do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, duas hipóteses de construção requalificação. As minhas duas questões focam-se na requalificação, se já existem na prática alguns projetos de requalificação de hospitais e quais é que são? E sobre a construção se também está aqui em mira a tão desejada construção do Hospital Central do Algarve." -----

Helena Simões: "Boa noite, obrigado pela apresentação, eu gostaria de colocar algumas questões, a primeira questão é, se os PDM, segunda geração e conforme têm que ser normalizados até trinta e um de dezembro, se são compatíveis com a missão ou com o que o Governo se propõe na perspetiva do mais habitação ou se eventualmente, poderá ter que dar origem a alguma alteração dos instrumentos de gestão territorial para compatibilizar com as pretensões do Governo no que concerne o programa mais habitação? Outra questão também que eu colocaria, sendo que um dos vetores, é a inclusão, a igualdade, perguntaria se tais vetores estão assegurados com a crise que nós vivemos atualmente, pelo menos a nível do Algarve, no que concerne a alguns dos pilares estruturantes de uma sociedade desenvolvida, nomeadamente em questões de saúde, justiça, segurança e educação? Depois gostaria também de questionar, sabendo nós, de antemão, que muitos dos fundos comunitários, quando não são gastos, têm que ser devolvidos à origem, qual tem sido a abordagem da CCDR para garantir uma boa execução, apesar de que, aos níveis que referiu, já estão bons, mas o ideal será conseguirmos canalizá-lo, investi-lo todo, e muitas das vezes já referiu a dificuldade que têm de chegar às empresas. Qual é que tem sido a abordagem da CCDR quer para com as autarquias, mas também para com os particulares? Depois foi referido aqui pelo meu companheiro de bancada, a questão da mobilidade, a mobilidade cria também muitas das vezes muitos transtornos a nível do concelho, porque temos muita necessidade de mão de obra e muitas das vezes, a mão de obra tem que vir de fora do concelho e quando não há capacidade fora de horas ou a horas menos convenientes, ou



que não haja carreiras com regularidade, a mão de obra fica severamente prejudicada. Muitas das vezes, as entidades patronais têm de rever horários de funcionamento e horários de trabalho para os colaboradores, para conseguir contratar, efetivamente, há uma necessidade premente de conseguir ligar as cidades algarvias para, de alguma forma, as pessoas poderem residir noutra concelho e vir trabalhar em Albufeira ou vice-versa. O mesmo tema também acontece, como referiu com os estudantes, eu não poderia deixar de ficar de alguma forma chocada com a observação que foi feita há bocado, que na hora atual é tão caro ir estudar para Faro como para Lisboa, é chocante, é gritante e se calhar também por falta de eventualmente, meios de transporte capazes e compatíveis, com muitas das vezes os cursos noturnos, e gostaria de saber qual é a posição da CCDR em relação a tal. Em relação a dessalinização, ainda que já tenha respondido há bocado, à questão do meu colega de bancada, Adriano Ferrão, efetivamente já veio a esta assembleia uma assunção de que o local já estava mais que definido, o financiamento idem aspas, aspas idem, e agora com a sua resposta, lamentavelmente, fica ainda mais na dúvida do que já estava, efetivamente, o que é que nós esperamos, e o que é que podemos esperar e uma resposta cabal nesse sentido?" --

Presidente CCDR: "Muito obrigado pelas perguntas, primeiro em relação ao senhor deputado municipal Domingos Coelho, sobre a Martrain, eu quero testemunhar aqui o empenho do senhor Presidente da Câmara, em contacto connosco para procurar ultrapassar todas as dificuldades e todos os constrangimentos. Em segundo lugar, compreendem que eu não vou opinar, nem me posicionar sobre o que deve ser o caminho e qual deve ser o investimento ou as escolhas naquele espaço. Em terceiro lugar, da minha parte, o que existe é um acompanhamento próximo, os serviços responsáveis notificaram os promotores e, enfim, no final de junho, faremos uma avaliação se tem ou não condições para ser concretizada. Agora, em coerência com o que disse no início desta sessão, porque isto não basta dizer que fazemos aqui uma articulação e que temos aqui um compromisso institucional, porque há um ponto que para mim é uma questão-chave que é a seguinte: nós estamos nestas funções de uma perspetiva institucional e queremos manter esse papel institucional da CCDR. Pronto, eu posso ser do Benfica ou do Sporting no caso até sou do Sporting, mas uma coisa é eu ser do Sporting, outra coisa eu não perceber bem qual é o papel em cada momento da CCDR. O que se quer transmitir, é o total empenho do Senhor Presidente da Câmara em procurar soluções, da nossa parte fizemos reuniões com os promotores, temos vindo a



acompanhar a situação, no final de julho faremos uma avaliação, se temos ou não condições e aí transmitiremos. Quanto à senhora deputada Municipal Luna Silva, sobre as questões colocadas na saúde, no nosso quatro, no essencial, a nossa escolha ali é mobilizar dez milhões de euros, oito milhões com edifícios e dois milhões de euros para equipamento para um projeto, que o centro hospitalar nos apresentou para dinamizar um centro de oncologia a ficar situado junto ao laboratório Laura Ayres, no Parque das Cidades. Nós, neste momento, não temos estrutura de oncologia na região, quer dizer, temos uma em Faro, mas não temos o desenvolvimento, nem novas estruturas de respostas em matéria de oncologia. Nestes tipos de tratamento, as pessoas têm que se deslocar, quer em função de quem ganhe o concurso, quer em Lisboa, quer em Sevilha, com um investimento calculado em cerca de catorze a quinze milhões de euros, é possível ter uma resposta na região, portanto, quando nós financiamos a sessenta por cento, nós pusemos ali a verba necessária para ter uma resposta em termos de oncologia. Nós não temos verba, nem tempo para ter projeto em relação a um hospital, a informação que eu disponho é de que, o Governo terá decidido avançar com uma estrutura de missão para um hospital em regime de parceria público-privada. Também nos fundos é elegível e fazemos sair um aviso chamado Mecanismo Especial de Antecipação de Estruturas, de Cuidados de saúde, de proximidade, eu julgo que o município tem vindo a acompanhar de perto esse processo, porque no plano de recuperação e resiliência estão previstos cinquenta milhões de euros para cuidados de saúde primários e o município de Albufeira tem intenções de apresentar algumas candidaturas em termos de extensões de saúde também nesta vertente. Quanto à questão que a senhora deputada Helena Simões colocou sobre a readaptação dos PDM, pressupõe alteração dos instrumentos do território, quero ser coerente com a minha intervenção inicial, a CCDR é uma Entidade da Administração Pública desconcentrada, é uma Direção-geral, e é uma entidade da administração pública desconcentrada, que cumpre a lei, quem tem de elaborar a lei são os governantes, o Governo e os Deputados, primeiro ponto. Segundo ponto, dada a natureza da eleição do presidente da CCDR, não vou aqui posicionar sobre se isso passa ou não passa por alterar os instrumentos de território. Nós acompanhámos a Associação Nacional de Municípios, quando foi para haver uma legislação, para haver um novo prazo para a adaptação dos PDM, que eu saiba, a Associação Nacional de Municípios não pediu essa revisão de instrumentos do território. Não sei se é possível haver uma revisão de instrumentos de



território apenas para o Algarve, há quem diga que é possível, mas isso é a posição política, portanto, a nós compete-nos cumprir a lei e é esse o nosso posicionamento sobre essa matéria. Sobre a água e a dessanilizadora, posso ter sido menos claro, a informação que eu tenho é de que, estão previstas verbas para uma dessanilizadora, a instalar junto a Albufeira ou Lagos, em função do estudo de impacto ambiental, se à partida já se tivesse escolhido sítio, não era preciso estudo de impacto ambiental. O estudo de impacto ambiental visa justamente, ponderar os prós e contras das diferentes soluções em presença. A informação que disponho é que, há uma verba apontada para, cinquenta e quatro milhões de euros, para permitir passar dos tais dezasseis hectómetros para os vinte e quatro hectómetros, mas ainda não vi essa concretização final, também não tenho que ver, porque não sou membro do Governo. Quanto à minha posição como presidente da CCDR, o que entendi foi que, recentemente estive em consulta pública uma revisão do Plano de Recuperação e Resiliência, com um reforço das verbas do plano de recuperação e resiliência e nós entendemos e fizemos partilhar esta posição junto dos municípios e junto da AMAL, que essa reprogramação devia salvaguardar um reforço das verbas disponíveis para as perdas, porque o plano de eficiência hídrica teve um histórico em que, inicialmente se previu uma verba na ordem dos trezentos milhões de euros, e depois quando foi adotado, foram só duzentos e nas perdas das câmaras estavam previstos noventa e cinco milhões de euros. O que nós entendemos é que, se devia aproveitar essa reprogramação para reforçar essa verba em relação às perdas das câmaras, até porque, se não for por essa verba, a cem por cento, têm que ir ao programa regional naquele mapa que eu mostrei ali, mas aí a sessenta por cento e, por outro lado, tem-se verificado, que não foi previsto nesses duzentos milhões de euros, um reforço na ligação entre o Sotavento e o Barlavento, avaliado em cerca de vinte e um milhões de euros, cujo projeto de execução está a ser elaborado pelas Águas do Algarve e nós pronunciamos também que devia ser salvaguardada esse projeto, porque a questão é esta, se não for via PRR é via por todos nós, porque esse investimento é preciso ser realizado, ou vem pelo programa Regional que receberá um financiamento de sessenta por cento ou vai no processo de concessão, que pagamos todos nós, portanto, a única coisa que quero aqui dizer é, daquilo que conheço, um: há verbas para a dessanilizadora, dois: estão ser cumpridos os marcos." -----



Sílvia Dias: "Boa noite a todos os presentes, Albufeira, referiu que tinha cinco projetos de programa social, um deles eu conheço, e o que eu queria e gostaria de saber e questionar é: nós já recebemos a verba e vai terminar, se há possibilidade de dar continuidade ao projeto ou se podemos concorrer outra vez? Nós temos instituições em que participamos no projeto LEGOS, já recebemos a verba e vai terminar no final deste ano civil, mais propriamente no final de setembro, gostaríamos de saber qual era a possibilidade de dar continuidade do apoio financeiro, ou de renovar? Outra questão que gostaria de saber, referiu que o Algarve tem pouco investimento, sessenta por cento é de entidades públicas, quarenta por cento de privado. O que é que a CCDR está a planear para articular com os privados em criar investimento e fazer investimentos em programas para cativar os nossos jovens cá na região? Porque muitos deles vão para as universidades, tiram os cursos superiores, mas depois têm que sair de cá do Algarve e realmente, o Algarve está muito focado para turismo, porque não tentar sensibilizar os nossos empresários para contornarmos esta situação?"-----

Adriano Ferrão: "Ainda não foi aqui falado um outro lado do nosso território, que é o lado líquido do nosso território que é a água, o mar em si. E quanto ao mar, eu tenho duas preocupações, uma porque eu vou constatando pessoalmente, que as comunidades piscatórias estão lentamente a desaparecer, são cada vez menos, queixam-se muito que a rentabilidade tem diminuído, por leis comunitárias, por algumas portuguesas, mas o que é que se estará a apoiar em termos de projetos nesse sentido da sustentabilidade marítima? Já que estavam previstas e foram uma vez aqui apresentadas áreas marítimas de reserva para essa sustentabilidade, mas depois existem algumas incongruências, porque depois nós sabemos que existem duas armações estrangeiras que pescam o atum, à frente de Olhão, pelo que me foi dito lá. Esse é um lado da questão, o outro lado da questão tem mais a ver com o lado recreativo e o lado do turismo. Marinas temos muitas, mas a população local e muitos dos nossos visitantes procuram o acesso marítimo, com as suas embarcações e nós temos um défice enorme de rampas condignas de acesso, porque há umas que são praticamente inventadas de acesso ao mar. Não sei se algumas destas preocupações foi tido em conta em termos de ordenamento do território dos próximos PDM, e claro que era um aspeto que eu gostava de ver desenvolvido, virar mais o Algarve para o seu mar."-----



Aquiles Marreiros: "Muito boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal, obrigado pela oportunidade de cumprimentar todos os presentes, só para complementar, o programa Regional Algarve vinte trinta, tem uma dotação de noventa e dois milhões de euros de Fundo Social Europeu, tem uma fatia significativa alocada à inclusão ativa de públicos vulneráveis, em que os públicos visados no âmbito do projeto LEGOS continuam a ser elegíveis. Nesse contexto, projetos que abracem estes objetivos e esta matéria, chamando-se LEGOS, chamando-se outra coisa qualquer, são passíveis de vir a ser financiados e enquadrados em concorrência com os outros projetos que possam ser apresentados na região. É efetivamente um público privilegiado no âmbito do contexto do programa vinte trinta. Só dar uma nota particular, o mapa que é apresentado na apresentação relativamente aos projetos de Albufeira traduz unicamente o programa de apoio à produção nacional, e é muito motivado para outras atividades que não o turismo, neste contexto, dado o perfil produtivo de Albufeira é natural que exista menor procura, sublinhar no entanto que, Albufeira é o terceiro concelho da região com maior fundo aprovado na região, tem vinte e dois milhões de euros de fundo na região, só é superado por Loulé e por Faro, e Faro num contexto que centraliza um conjunto de entidades de âmbito regional, em que grande parte do fundo é aprovada em Faro, mas é aplicado no contexto de toda a região. Muito obrigado." -----

Presidente da CCDR: "Só para dar nota aqui do seguinte, em relação a este projeto LEGOS, sem prejuízo de ter finado, é um projeto que tem sido aqui muito trabalhado com várias entidades, quero aqui destacar a articulação pessoal, como a senhora Vereadora Cláudia Guedelha, quando temos aflições, e quero aqui destacar também o trabalho em rede que foi possível montar com diferentes associações para preparar este projeto, porque quando preparámos este projeto, estávamos em plena pandemia, tivemos imensas reservas e muitas, por vezes mesmo algumas autarquias que, não tinham total empenho inicialmente, não era o caso do Presidente Rolo, aquilo depois foi correndo e, de repente, toda a gente quis aderir, e é hoje um projeto-piloto a nível nacional que articula autarquias, IPSS, Segurança Social, uma resposta integrada e é apresentado, aliás, como um bom exemplo de articulação, porque também, como sabem estas idiosincrasias, se fazemos entidades só de Albufeira para Faro, depois em Portimão já há outras associações, portanto, montar esta operação a nível regional foi um processo de diálogo, mas conseguido. Segunda nota sobre o tema da rampa, desde



que se fez o porto de pesca, que se mantêm o tema da rampa, conheço a história, não conheço qual é o ponto de situação atual, eu, declaração de interesses em tempos, defendi sempre que o porto de pesca devia ser para os pescadores e, mantenho essa posição, mas isso enquanto cidadão, agora os decisores não sou eu, não faço ideia qual é o ponto atual, tanto quanto eu sei, a entidade, com autoridade portuária, a Docapesca, tem vindo a trabalhar com os municípios, um auto de transferência de competências, que eu não sei qual é a situação neste momento em relação a Albufeira, portanto, repito, não tenho nenhuma intervenção neste momento. Conheço o problema e, quando era responsável não consegui resolver, desejo que agora se consiga resolver. Quero destacar que temos vindo a falar com as associações de pescadores, com as associações marítimo-turísticas, no sentido de poder avançar para a classificação de uma área chamada Pedra do Valado, temos vindo a trabalhar com o Ministério do Ambiente, no sentido de poder haver compensações aos pescadores que lá, de facto, trabalham e esse é um processo que está em seguimento com expectativa de poder haver algumas novidades ainda em junho e, por outro lado, temos sido contactados para assegurar uma articulação, barra, coordenação com a conservação natureza, com a Autoridade Marítima, com o ICNF, com a APA, sobre a praia barra, a gruta de Benagil, que não sendo do concelho de Albufeira, tem especial interesse para a atividade marítimo turística de Albufeira, e está previsto para breve sair um despacho em que nos incumbem a nós, procurar fazer diálogo entre diferentes entidades e, apenas peço que nos desejem boa sorte para esse trabalho de articulação." -----

Presidente da Câmara: "Queria felicitar o Senhor Presidente da CCDR, pela apresentação que fez aqui e pelas respostas que tem dado, e também, bem como as questões que foram levantadas, são todas elas pertinentes, cada uma de sua forma, umas mais atuais que outras, mas cada uma tem a sua importância. A atualidade é a questão da água, isso é completamente transversal, até penso que, não estou aqui a avaliar ninguém, mas até parece que as pessoas a nível principalmente do Algarve e Alentejo, a nível do sul do país, provavelmente ainda não têm o impacto em 3D daquilo que pode vir a ser o próximo ano nesta altura, porque se o próximo Inverno e outono chover a mesma coisa que choveu este passado então, estamos numa situação muito, eu não diria dramática, é mais que isso, é catastrófica. Portanto, todas aquelas questões, estou a falar da água, seja a dessalinização, seja a transferência de água do Pomarão ou do Alqueva ou das barragens do Norte, como os espanhóis fazem, a questão das



perdas de água, a questão da reutilização das águas residuais, também é um aspeto muito importante e a questão da poupança da água, isto são tudo variáveis que contribuem para a mesma equação, e para o mesmo resultado, portanto, o objetivo é realmente gastar menos água, porque há países que já tomaram medidas drásticas e muito claras e muito objetivas, do que é que é a questão da seca. Nós muitas vezes, acho que se calhar falamos muito, já o ano passado, estamos a falar nisto e não aconteceu nada, há dois anos estávamos a falar, não muito, mas já falámos alguma coisa, muito menos aconteceu, e provavelmente para o ano vamos continuar a falar por aí adiante e falamos, falamos e os outros vão fazendo. Infelizmente, nós estamos muito mal. Realmente, o Algarve tem sido uma região de transição, equiparados em Portugal, à região de Lisboa e Vale do Tejo, uma zona extremamente rica que provavelmente não precisa de ser mais coesa, por isso é que saiu da região de coesão e foi para a região transição, comparando com a vizinha Andaluzia, é uma zona de transição, utiliza muito mais fundos que nós temos usado, e com possibilidade de concorrência. Ainda se tentou falar em algumas reuniões, pelo menos que eu estive presente, e eu próprio também falei nisso, no sentido de propor a Bruxelas a mudança ou o retrocesso dessa decisão, só que parece que Bruxelas é extremamente conservador, portanto, evidentemente não iria acontecer isso. Depois há outra coisa, o próximo quadro comunitário, a partir de dois mil e vinte e sete, dois mil e trinta, provavelmente, dinheiros para o país não vai haver os fluxos financeiros que tem havido até agora. Quando chegarmos a essa altura, não sei, sinceramente, não sei como é que vai ser, os nossos descendentes acho que têm um futuro um pouco incerto. Normalmente até digo, que os portugueses quando há qualquer coisa que dá rendimentos grandes, veja-se os diamantes e ouro do Brasil, as especiarias do Oriente, os fundos da Europa, há de haver uma outra coisa qualquer a seguir, em que os portugueses devem lá estar, a querer recolher alguns fundos, provavelmente, esperamos que sim. Outra questão, das empresas, portanto, as empresas concorrem ou vão a jogo muito poucas vezes, por aquilo que me parece, acho que há que fazer aqui qualquer coisa, e as pessoas do gabinete de candidaturas estão por aqui, acho que é importante fazermos em colaboração, obviamente com a CCDR, porque essas candidaturas não passam pelas câmaras, mas acho que é importante fomentarmos isso, porque não se pode pensar que os fundos são só públicos, também é para os privados, aliás, até há quem defenda que, a maior parte dos fundos devia ser para o meio



empresarial e não para o Estado. Depois uma questão muito concreta, a questão do PRR, prevê-se que o PRR, o doutor José Apolinário ou alguém aqui da CCDR, com certeza saberá, que haja alguma extensão do prazo que está previsto, final de dois mil e vinte e seis, era importante saber, embora nós estamos sempre habituados a ser prorrogados os prazos. O doutor, falou na mobilidade, a mobilidade no Algarve e em particular Albufeira, eu há tempos falando com responsáveis do aeroporto de Faro e falando com o Senhor Reitor da Universidade do Algarve, ambos tinham, separadamente, não em conjunto, não haja dúvidas que Albufeira é, em termos turísticos, dos concelhos que mais pessoas recebe, vindas do aeroporto de Faro, e também na Universidade do Algarve, quer num campus, quer noutra. O maior número de alunos que há, penso que é de Albufeira, com os problemas todos que já foi aqui dito pelo senhor deputado Adriano Ferrão, no sentido dos custos de ir para Faro, lá está, é muito parecido com estudar numa outra noutra zona do país. Depois a questão do ordenamento do território, independente dos PDM, agora fala-se muito na questão do programa mais habitação, e fala-se muito nas habitações com rendas acessíveis, agora pergunto, o município que não tem, não possui, não tem no seu património terrenos com apetência construtiva, o que poderia permitir realmente essa construção, destes fogos a preços controlados ou pelo menos acessíveis, ou até o primeiro direito, ora, se nós, município formos comprar aqui em Albufeira terrenos que há por aí, ainda há muitos com o que o atual PDM prevê de construção, com os custos que esses terrenos têm, é impossível depois que as rendas sejam acessíveis, é impossível. Daí que o município de Albufeira que tem muito pouco património, realmente estamos aqui um bocado num beco sem saída, evidentemente, temos eventualmente esperar melhores dias pelo PDM, porque estas questões não são só para os residentes, que é muito importante, mas Albufeira tem cerca de quarenta e quatro mil residentes, segundo os Censos dois mil e vinte e um, mas há muitos dias durante o verão, nomeadamente o mês de julho e agosto que estão cá quase quinhentas mil pessoas. Porque as quinhentas mil pessoas, não são só os turistas que cá estão a passar férias nesse mesmo momento, são todas as pessoas que vêm trabalhar para Albufeira, e que estão nos nossos hotéis, restaurantes, que moram nos concelhos vizinhos, ora, essas pessoas não têm habitações, os ordenados são relativamente baixos, é muito difícil, é extremamente difícil, e este ano prevê-se um ano de grande afluxo turístico. Já ouvi muita gente de restauração e até de hotelaria, principalmente da restauração dizer tomar uma opção



na sua vida económica, dizer que tem de fechar ou ao almoço ou ao jantar, porque não tem pessoal suficiente para colmatar as duas situações. Portanto, se vamos ter muita gente, pode vir a ser de alguma forma, extremamente complicado. É preciso ver depois que, há outros programas, nomeadamente a questão da Europa Criativa, Albufeira está inserida também nesses programas, mas esses programas são um pouco mais difíceis, porque também é preciso haver parcerias com outros países da Europa, são candidaturas muito mais exigentes. A questão do ensino superior, a questão da mobilidade, acho que era fundamental Albufeira estar inserida naquele quadrilátero, Faro, Olhão, Loulé, Albufeira, porque se houvesse até Albufeira, também o resto era mais fácil, porque depois também seguia de Albufeira para os outros concelhos, portanto, isso era fundamental, até porque aquilo que o doutor Apolinário disse, Albufeira tem sido maltratada na questão dos transportes, isso é uma realidade, é uma verdade. Depois toda a questão da diversificação da economia, que era necessário aqui implementar espaços de implantação ou cativar investimentos noutras áreas, sem ser no turismo, nomeadamente nas tecnologias, nas energias alternativas, ou outras áreas, na área do conhecimento, falou-se aqui no Pólo Universitário, porque não? Mas lá está, isso dependerá da Universidade, porque realmente tem aqui massa humana no sentido de alimentar este tipo de equipamentos." -----

Presidente CCDR: "Em matéria de mobilidade, nós fizemos um estudo preliminar, depois, quando apresentámos o documento à Comissão Europeia pusemos numa lógica a partir do estudo preliminar escalável, depois com ligação a Albufeira, portanto, temos partilhado essa informação e vai ser necessário agora fazer um estudo mais detalhado ao longo dos próximos doze meses, é uma matéria sobre a qual estamos a seguir com muita atenção o que se vai passando, porque quando assumimos estas funções, começamos aqui num debate que era porque é que não há ligação de comboio entre Faro e o aeroporto? Depois, o Presidente da Câmara de Faro disse que já tinha aqui uma linha de caminho de ferro, aqui frente a Faro e agora vou fazer outra linha de caminho de ferro, frente a Montenegro, não concordo. Fazemos um metro de superfície, depois fizemos um estudo preliminar sobre quem sabia do assunto, inviável, portanto, não tínhamos dinheiro para fazer o metro de superfície nem era sustentável. Pronto, então evoluímos para uma posição de BRT, que é um bus rápido, portanto, é um autocarro elétrico ou hidrogénio parecido com uma carruagem de metro em corredor próprio, depois, quando chegámos, apareceu aqui um conjunto de cidadãos, nomeadamente o



movimento cívico, não temos que ter é logo outra solução. Pronto, também não temos dinheiro para ela, esta aqui é fazível. Bom de então para cá, no último ano, já houve as seguintes evoluções: já tínhamos uma intenção, mas agora já temos uma intenção de alargar o BRT, metro Bus no Porto, agora já temos um projeto BRT no Cávado para fazer a partir de Braga, Barcelos, bom e, isto vai fazendo o seu caminho. Esta semana vamos receber mais uma empresa que tem umas propostas sobre esta matéria e, nós para já não descartamos, porque achamos que é uma solução evolutiva, porque quando muitas vezes dizem, mas isso é um autocarro com mais rotas, elétrico, devia ser logo um metro, aquilo que me explicaram, quem sabe disto, tecnicamente primeiro cria-se o corredor, o hábito e depois é que se evolui num modo de transporte. Todavia, nós pusemos sempre um modo que permitisse que a partir da estação de Almancil ou Quarteira, mas o projeto inicial era da estação de Almancil, mas que houvesse uma derivação direta para a universidade, pensando, aliás, no facilitar nesta ligação, portanto, de Loulé para o Barlavento. Quanto à habitação, mantenho o que disse há pouco, o Senhor Presidente de Câmara sabe que, houve um momento em que estive cá o Governo, houve um encontro informal com o Governo, e nesse encontro, na parte em que me convidaram para usar da palavra, eu defendi que devia haver uma flexibilização dos instrumentos de território sobre o tema da habitação, assim como acompanhei algumas reservas que tinham sido colocadas por alguns autarcas, nomeadamente pelo Senhor Presidente da Câmara de Albufeira e Presidente da Câmara de Lagoa, sobre uma posição muito fundamentalista sobre o tema do alojamento local, que parecia que tinha que ser visto com algum equilíbrio, essa matéria, sem prejuízo de termos de ter resposta pública. Nós estamos a preparar uma reunião para o próximo dia vinte e nove, envolvendo a Senhora Ministra da Coesão e a Ministra da Habitação, sobre o tema da Habitação e do mais habitação, em que presumo que, o tema seja este que aqui foi colocado, sobre os instrumentos de território. Já agora, eu há pouco não referi, mas quero dar nota que uma das novidades deste programa também é que, vamos ter com os municípios um programa de sucesso de fomento, digamos, de boas práticas e termos de sucesso educativo. Que vai obrigar, a uma contratualização com a comunidade intermunicipal AMAL, mas também depois à existência de planos municipais, o sucesso educativo e sublinhando aqui o empenho que o Senhor Presidente tem tido, até porque no passado, também já trabalhou na Direção-Geral de Educação, é um dos temas que nós pomos aqui muito em foco. Nesta área da formação, neste quadro de dois mil e



vinte, não tínhamos verbas para os cursos técnicos de curta duração, nem para o programa de sucesso educativo, tinham noutras regiões do país, mas não no Algarve. E agora vamos ter programas, direcionados para o sucesso educativo, que vai obrigar a um plano municipal prévio, e depois um plano regional para os cursos técnicos de Ensino Superior. Muito obrigado. Tanto quanto vai sendo dito, em alguns momentos, foi colocada a questão de alguns projetos mais estruturantes, de maior dimensão, terem mais seis meses, mas depois não há nada escrito a dizer isso e, portanto, nós temos sido muito intimados, barra pressionados, no projeto que nós acompanhamos como organismo. Isto é, no caso do plano de recuperação e resiliência em geral, os responsáveis são serviços centrais, depois têm organismos intermédios e depois tem os beneficiários finais. No caso da água, na eficiência, das perdas, o serviço responsável é a APA, o organismo intermédio é a AMAL e os beneficiários finais os municípios. No caso das perdas, nós somos beneficiário intermédio no caso da Ponte de Alcoutim e Sanlúcar, e temos sido pressionados para cumprir o prazo de ter a obra concluída em final de dois mil e vinte e cinco, e agora respondendo claramente, tanto quanto eu sei, ainda há expectativa de haver alguma tolerância. Houve altura em que foi muito alimentada a ideia, enfim, agora esta, em tempos mais recentes, também teve mais evolução política, mas, na altura, o senhor Presidente da República, quando questionava e quando defendia muito o foco sobre o plano de recuperação e resiliência, dizia e com razão o seguinte, enquanto nos programas operacionais regionais, nos Portugal Vinte-vinte, Portugal Vinte-trinta, nós temos uma regra que é tem que se executar até dois mil e vinte, e depois há o chamado, digamos que, uma deadline de execução com mais 3 anos, no caso de dois mil e vinte e três, e aquilo em termos de regulamento comunitário é N mais três, agora é N mais dois, quero sublinhar que, neste quadro agora e até dois mil e vinte e nove, no caso do plano de recuperação e resiliência, essa norma não consta e, a expectativa é que, passa a haver alguma flexibilidade, porque não consta essa expectativa. Em todo o caso, e acompanhando aquilo que diz o Senhor Presidente e da nossa parte, quer através do Aquiles, quer através da nossa equipa, quer nas articulações que o IAPMEI, com a Ana Luísa Silva, estamos disponíveis para ajudar também em relação à apresentação de projetos na parte das empresas. Em todo o caso, o maior desafio que nós vamos ter na região, é executar a verba que está atribuída daqui, até dois mil e vinte e nove, porque vejamos, nós tínhamos atribuídos diretamente à região, trezentos e dezoito milhões de euros, neste período entre dois

mil e catorze e dois mil e vinte, prevê-se que são até dois mil e vinte e três, agora neste momento, estão comprometidos qualquer coisa como, mil e duzentos milhões de euros, daqui até dois mil e vinte e nove. Isto é tudo uma operação muito complexa, porque os concursos ficam por vezes desertos por valor, porque depois não há mão de obra para assegurar alguns dos projetos e, fora todas estas discussões, saber se se faz aqui, ou se faz acolá, e digamos, o quadro, temos um ponto de partida que é onde é que estão empresas para executar. Por exemplo, na habitação, os dezasseis municípios aprovaram estratégias locais de habitação, uns com maior dimensão, outros com menor dimensão. agora é preciso os projetos de execução, depois é preciso concursos e eu conheço alguns municípios em que fizeram concursos que ficaram desertos, e a seguir tiveram que aumentar o valor do concurso para ter a empresa a concorrer, além do prazo, temos este ponto que é quem é que vai construir." -----

Presidente da Assembleia: "Não havendo mais intervenções quero agradecer ao Senhor Presidente da CCDR, o facto de ter vindo até nós, e ter prestado as devidas contas, bem como aos Senhores Vice-Presidentes e o Senhor Vogal, e nos darem a informação e as respostas às questões que foram colocadas. Enaltecer o interesse que os Senhores Deputados Municipais manifestaram sobre as várias questões, em apreço e em análise e, mais uma vez, muito obrigado pela vossa comparência e pelos vossos contributos."-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 21:50 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 15 de maio de 2023 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____